



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
CAMPUS CORRENTE
CURSO ESP. EM EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

LAÍS TEIXEIRA MACIEL

**RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA NO PROCESSO DE ENSINO E
APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

CORRENTE, PI

2023

LAIS TEIXEIRA MACIEL

RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM
NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Trabalho de Conclusão de Curso (artigo científico) apresentado como exigência parcial para obtenção do diploma do Curso de Especialização Educação Especial e Inclusiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Campus Corrente-Pi.

Orientador: Prof. Dr Jorge Augusto Coura
Gomes

CORRENTE-PI

2023

RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Lais Teixeira Maciel¹
Jorge Augusto Coura Gomes²

RESUMO

A relação família e escola é de grande relevância para o desenvolvimento social e cognitivo da criança. Com as crianças que apresentam necessidades educacionais especiais não é diferente, o seu aprendizado e desenvolvimento carece de um relacionamento participativo entre família e escola. A Educação inclusiva implica no atendimento educacional para todos os alunos que fazem parte do ambiente escolar, sem nenhuma forma de discriminação. Portanto, o desenvolvimento dos indivíduos necessita cada vez mais da qualidade e da igualdade de oportunidades educativas. A presente pesquisa teve como objetivo analisar a contribuição da família no contexto ensino e aprendizagens inclusivas. Quanto a metodologia trata-se de pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa, quanto ao propósito trata-se de uma pesquisa exploratória com levantamento documental com o intuito de reunir referências organizados e já publicados que tratem sobre o tema. A educação inclusiva oferece esperança às famílias que procuram respostas e assistência sobre futuro educativo dos seus filhos com deficiência, mas a falta de clareza sobre o que a educação inclusiva implica significa que os pais também têm preocupações que precisam de ser abordadas. A inclusão é um processo de luta mundial contínua, ainda em processo de expansão. Escola e família juntas podem desenvolver ações para melhorar essa condição ao fortalecerem os vínculos dessa relação. Portanto, conclui-se que as parcerias construídas entre toda comunidade escolar, familiar e sociedade podem contribuir para que sejam desenvolvidas ações inclusivas para todos que da escola fazem parte, sendo o aluno ator central do processo de ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: escola; família; ensino; aprendizagem.

ABSTRACT

The relationship between family and school is of great relevance for the social and cognitive development of the child. With children who have special educational needs it is no different, their learning and development lacks a participatory relationship between family and school. Inclusive education implies educational care for all students who are part of the school environment, without any form of discrimination. Therefore, the development of individuals increasingly requires quality and equal educational opportunities. The present research aimed to analyze the contribution of the family in the context of inclusive teaching and learning. As for the methodology, it is bibliographic research, with a qualitative approach, as for the purpose, it is exploratory research with a documentary survey in order to gather organized and

¹ Graduanda do Curso de Especialização Educação Especial e Inclusiva IFPI/UAB-Campus Corrente. E-mail: lalamaciel@hotmail.com.

² Físico, Doutor em Física- USP. Professor efetivo do IFPI-Teresina Central. E-mail: jorge.coura@ifpi.edu.br.

already published references that deal with the theme. Inclusive education offers hope to families seeking answers and assistance about their children with disabilities' educational future, but the lack of clarity about what inclusive education entails means that parents also have concerns that need to be addressed. Inclusion is a process of continuous global struggle, still in the process of expansion. School and family together can develop actions to improve this condition by strengthening the bonds of this relationship. Therefore, it is concluded that the partnerships built between the entire school community, family and society can contribute to the development of inclusive actions for all who are part of the school, with the student being the central actor in the teaching and learning process.

Keywords: school; family; teaching; learning.

Data de aprovação: 08/12/2023

1 INTRODUÇÃO

A família e a escola são os dois principais espaços de socialização na educação contemporânea. Na nossa sociedade, a família é a unidade básica da organização social e, portanto, um agente socializador fundamental. Como fonte raiz da socialização, as famílias são responsáveis por fomentar a convivência e promover relacionamentos saudáveis baseados na comunicação e no respeito. Isto, por sua vez, protege os direitos fundamentais dos membros mais vulneráveis da família: as crianças (CAMBIL; ROMERO, 2018). O estabelecimento de vínculos afetivos seguros e estáveis e a satisfação das necessidades emocionais básicas das crianças na família é fundamental para garantir o seu bem-estar e promover o seu desenvolvimento saudável (ESCRIBANO; MARTÍNEZ, 2016). O acima exposto, influencia diretamente o desenvolvimento de outras características pessoais, incluindo as habilidades sociais, atitudes e comportamentos que moldam suas relações com colegas, professores e a escola (MORENO et al., 2009). Portanto, a família atua como mediadora nas relações que as crianças mantêm com outras instituições, com seus pares e com a sociedade em geral.

Para satisfazer as necessidades fundamentais dos seus filhos e protegê-los de perigos reais ou imaginários, as famílias dependem de outras instituições sociais. Por meio das escolas, amplia-se o espaço de socialização e complementa-se a educação e os ensinamentos recebidos na família. As relações e as aprendizagens, inicialmente contidas em grande parte na esfera privada do núcleo de convivência primária, ou seja, a família, expandem-se através da participação escolar (CAMBIL; ROMERO, 2018). Desta forma, espera-se que as famílias superem, na medida do possível, as dificuldades comunicacionais e relacionais das pessoas que as compõem e estabeleçam relações de intercâmbio bidirecional com suas escolas.

Estudos realizados ao longo de décadas identificaram a participação das famílias nas escolas como essencial para uma melhor prática educativa e um fator contribuinte no processo de ensino-aprendizagem dos alunos (RASBASH et al., 2010; EPSTEIN, 2011; VIGO; SORIANO, 2015). Simón e Barrios (2019) argumentaram que as famílias deveriam participar nas comunidades escolares por uma série de razões. O seu próprio conhecimento dos filhos complementa o dos professores; investem muito na aprendizagem dos filhos; estão envolvidos na educação dos seus filhos durante toda a sua escolaridade; podem influenciar

positivamente a qualidade do apoio educativo oferecido; e podem e devem participar nas decisões tomadas pelas equipes educativas sobre os seus filhos. Por todas estas razões, as famílias podem contribuir enormemente na concepção das práticas escolares.

No entanto, o papel que as famílias desempenham está condicionado pela sensibilidade das escolas à diversidade da comunidade escolar mais ampla, incluindo as necessidades, opiniões e motivações das famílias, entre outras questões (BRYAN; HENRY, 2012; VALDÉS; SÁNCHEZ, 2016). Dependendo do nível de envolvimento exigido por uma escola, as famílias podem ocupar um papel que vai desde a recepção passiva de informações até a liderança tanto no processo de ensino-aprendizagem quanto na organização e gestão (CEBALLOS; SAIZ, 2019).

Nesse viés, o presente estudo tem como foco principal abordar questões que envolvam a seguinte temática: relação da família e escola no processo de ensino e aprendizagem na educação inclusiva. Ainda nesse sentido, Garcia et al. (2006), destacam que, para que um programa de inclusão escolar tenha sucesso, este deverá envolver a família do educando e permitir sua coparticipação na assistência e no desenvolvimento do aluno, possibilitando um trabalho conjunto entre escola, família e profissionais, no qual a família contribui com a escola por meio de informações, sugestões, críticas e solicitações, que sinalizarão os caminhos que a escola deve seguir.

Sendo assim, é de grande relevância que a relação família e escola seja efetivada, visando sempre o pleno desenvolvimento do educando. Dispõem-se da seguinte problemática: qual contribuição da família no contexto ensino e aprendizagens inclusivas? A partir disso, a proposta de pesquisa buscará fornecer embasamento teórico para mostrar a relevância de se manter uma relação consistente entre família e escola. Essa pesquisa mostrará importância do estreitamento dessa relação, bem como seu grande valor para o desenvolvimento cognitivo e social.

Nesse sentido, o objetivo da pesquisa é analisar contribuição da família no contexto ensino e aprendizagens inclusivas. De forma mais específica, busca-se: discutir os pressupostos teóricos da escola e família; caracterizar o ensino e aprendizagem na perspectiva da educação inclusiva; propor medidas da inter-relação da família e a escola.

O presente trabalho está estruturado em referencial teórico onde prevaleceu-se uma abordagem que permita contextualizar e envolver o tema em questão através do seu conceito, dos pressupostos teóricos da escola e família, aspectos legais na educação inclusiva e contribuição da família no contexto ensino e aprendizagens inclusivas. No segundo momento abordou-se a metodologia do trabalho descrevendo os passos da pesquisa. No terceiro momento fez-se a discussão de resultados a partir da análise feita e apresentou-se as considerações acerca dos resultados encontrados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Pressupostos teóricos da escola e família

A educação é considerada direito de todos, dever do Estado e família, sendo promovida e incentivada juntamente com a sociedade, propiciando o desenvolvimento pessoal, o preparo para exercer a cidadania e qualificação para o trabalho (CAMARA, 2013). A partir desse contexto, vale salientar que tanto a escola quanto a família devem andar juntas em busca do crescimento do educando, bem como sua promoção

profissional e social. A educação também pode ser vista como um fator de coesão, que deve levar em conta a diversidade dos indivíduos e dos grupos humanos, sendo o respeito pela diversidade e pela especificidade dos indivíduos um princípio fundamental das práticas educativas. Com isso, os sistemas educativos devem ter o respeito pelo pluralismo, com a riqueza das expressões culturais dos vários grupos sociais que compõem a sociedade, e pela multiplicidade dos talentos individuais (DELORS et al., 1996).

A Educação Inclusiva é uma política de justiça social que alcança alunos com necessidades especiais. O princípio fundamental desta linha de ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem-dotadas, crianças que vivem nas ruas e que trabalham, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavoráveis ou marginalizadas (ROGALSKI, 2010).

Silva (2017) destaca que, a “educação inclusiva é a aceitação das diferenças, não uma inserção em sala de aula” e que exige transformações no sistema de ensino, envolvendo o respeito às diferenças individuais, a cooperação entre os alunos, professores capacitados para incluir todos os alunos em todas as atividades escolares e, principalmente, trabalhar a questão do respeito e da dignidade.

Ainda nesse mesmo sentido, Nakayama (2007) conceitua a educação inclusiva como à rejeição de qualquer forma de exclusão. Sobre isso, o autor evidencia que a exclusão se constituiu, ao longo dos anos, como uma das ameaças mais severas para o desenvolvimento das sociedades e, essa percepção, possibilitou a formulação e a implementação de ações que buscassem a sua erradicação, tanto no âmbito educacional quanto nos âmbitos social, cultural, econômico e político. De acordo com o autor, as instituições de ensino que atuam na perspectiva da Educação Inclusiva, devem desenvolver práticas, culturais e políticas que valorizem a contribuição de cada educando para a formação do conhecimento construído e compartilhado. (NAKAYAMA, 2007).

O ambiente escolar não é o único ambiente de formação do cidadão, este inicia seu processo de formação no seio familiar (NETO, 2017). Nesse sentido, a família é o primeiro grupo social em que a criança faz parte e é vista como um ambiente de grande importância para a formação da personalidade e o caráter de uma criança.

Partindo dessa premissa Bruschini (2000) afirma que a família é um grupo aparentado, responsável, principalmente, pela socialização de suas crianças e pela satisfação de necessidades básicas, consistindo em um aglomerado de pessoas relacionadas entre si pelo sangue, casamento, aliança ou adoção e vivendo ou convivendo juntas.

2.2 Aspectos legais na Educação Inclusiva

Segundo Vieira et al (2021), a trajetória das pessoas com deficiência ao longo da história é longa, e deixa claro a luta pela sobrevivência e superação da invisibilidade, o indivíduo que possuía qualquer deficiência era deixado às margens, eram tratadas como pessoas castigadas pelos deuses ou como pessoas enfeitiçadas. Muitas eram abandonadas, outras até mortas, eram pessoas tratadas como incapazes de fazerem parte da sociedade.

Com pós-guerra em 1948. Cerca de 50 milhões de pessoas morreram em combate, perto de 6 milhões de judeus foram exterminados em campos de

concentração nazistas, e um sem-número de pessoas mutiladas e deficientes voltavam para seus países de origem. Nessa época, essas pessoas que, por diferentes motivos, se sentiam prejudicadas na convivência em sociedade, começaram a reivindicar seus direitos (SILVA, 2022)

Com a mobilização dos afetados no pós-guerra deu-se início a um dos maiores acontecimentos da história no campo dos direitos do ser humano que foi a Declaração Universal dos Direitos Humanos adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU), no dia 10 de dezembro de 1948. É um texto de referência ética, que estabelece os direitos naturais de todos os seres humanos, independentemente de nacionalidade, cor, sexo, orientação religiosa e política (DE ALVARENGA, 2020).

Partindo desse pressuposto e no âmbito educacional, a educação especial no Brasil surgiu em meio a muitas lutas, organizações e leis favoráveis aos deficientes. A educação inclusiva começou a ganhar força a partir da Declaração de Salamanca (1994), também a partir da aprovação da Constituição Federal de 1988. Outro destaque foi Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e outras diversas legislações. (ZANOTTA, 2022)

Candau (2016) afirma que a inclusão escolar está intrinsecamente ligada à história, a luta e também a vários movimentos voltados para buscar a defesa e a garantia dos direitos humanos. Deste modo, contribuindo para o que os sujeitos possam construir suas vidas com liberdade, igualdade e dignidade, sempre assegurada a especificidade de cada grupo.

Nessa perspectiva Borges (2014) afirma que a igualdade educacional não pode ser obtida quando se oferece o mesmo cardápio a todos os alunos; a integração escolar das crianças com deficiências torna-se possível quando se oferece a cada aluno aquilo de que ele necessita.

2.3 Contribuição da família no contexto ensino e aprendizagens inclusivas

O dever de proporcionar a educação, historicamente, recai tanto sobre a escola quanto sobre a família. Trata-se de duas instituições sociais importantes e complementares em suas finalidades, que possuem processos distintos e contraditórios entre si, no qual conhecimentos, saberes, tradições e inquietações muitas vezes colidem, pois a família educa visando sua própria perpetuidade histórica enquanto a escola forma para a sociedade. (FALSARELLA, 2021). Nesse sentido, por ser o primeiro contato de um indivíduo é com sua família, é no seio familiar que começa o seu primeiro desenvolvimento, portanto deve ser uma relação de afeto, de respeito, de harmonia.

À vista disso, uma boa relação entre a família e a escola deve estar presente em qualquer trabalho educativo que tenha como principal alvo, o aluno. A escola deve também exercer sua função educativa junto aos pais, discutindo, informando, orientando sobre os mais variados assuntos, para que em reciprocidade, escola e família possam proporcionar um bom desempenho escolar e social às crianças. Já que:

[...] se toda pessoa tem direito à educação, é evidente que os pais também possuem o direito de serem, senão educados, ao menos, informados no tocante à melhor educação a ser proporcionada a seus filhos. (PIAGET, 2007 p.50).

Nessa mesma temática, Dessen e Polônia (2007) destacam que os pais precisam ficar atentos tanto nos aspectos de acompanhamento das atividades e dos trabalhos realizados pelo educando, quanto da sua permanência no ambiente escolar e sua relação e integração entre professores e os pares.

Diante do exposto deve haver essa cumplicidade para que possa efetivar assim a relação entre as partes, essa relação de fundamental importância para de fato haja o pleno Desenvolvimento do educando. De uma maneira geral, sobre a relação família e educação, afirma Brici (1972)

A educação deve orientar a formação do homem para ele poder ser o que é, da melhor forma possível, sem mistificações, sem deformações, em sentido de aceitação social. Assim, a ação educativa deve incidir sobre a realidade pessoal do educando, tendo em vista explicitar suas possibilidades, em função das autênticas necessidades das pessoas e da sociedade (...) A influência da Família, no entanto, é básica e fundamental no processo educativo do imaturo e nenhuma outra instituição está em condições de substituí-la. (...) A educação para ser autêntica, tem de descer à individualização, à apreensão da essência humana de cada educando, em busca de suas fraquezas e temores, de suas fortalezas e aspirações. (...) O processo educativo deve conduzir à responsabilidade, liberdade, crítica e participação. Educar, não como sinônimo de instruir, mas de formar, de ter consciência de seus próprios atos. De modo geral, instruir é dizer o que uma coisa é, e educar é dar o sentido moral e social do uso desta coisa. (Nérici, 1972 p.12).

Assim, segundo Bourdieu (1998), os resultados escolares dos alunos estão condicionados à ligação entre a cultura familiar e a cultura escolar. O autor ressalta que a natureza e a intensidade dos esforços em prol da escolarização dos filhos em termos de dedicação, tempo e recursos financeiros, são equivalentes às chances objetivas de sucesso.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 Tipo de Pesquisa

O tipo de pesquisa utilizada neste estudo corresponde ao levantamento bibliográfico da literatura, que servirá para fundamentar futuras pesquisas a respeito do assunto e definir o que já foi produzido sobre o tema nos últimos anos. Os procedimentos metodológicos para este tipo de pesquisa incluem definição da estratégia de busca e análise de todos os dados pertinentes sobre a literatura selecionada. Conforme Gil (2002), é um procedimento racional que proporciona respostas aos problemas propostos. As pesquisas podem ser classificadas em três grandes grupos: exploratórias, descritivas e explicativas. Dentre essas a que mais se adequa a realidade deste projeto é a pesquisa exploratória, por “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses” (GIL, 2002, p. 41), essas pesquisas, ainda segundo o autor, envolvem levantamento bibliográfico, entrevistas e análises.

Torna-se importante também, categorizar a pesquisa enquanto operacional, delineando o seu planejamento. O delineado corresponde ao procedimento adotado para a coleta de dados. Dentre os tipos de delineamentos, encontramos: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, pesquisa experimental, pesquisa ex-post facto,

levantamento, estudo de caso, pesquisa-ação e pesquisa participante. A que mais se assemelha com os rumos desse estudo é a pesquisa bibliográfica, que “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2002, p. 44).

Conforme posto na literatura, a revisão bibliográfica, ou revisão da literatura, trata-se da análise crítica, meticulosa e ampla das publicações correntes em uma determinada área do conhecimento (TRENTINI; PAIM, 2004).

Assim, as pesquisas nesse viés têm por finalidade colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto (MARCONI; LAKATOS, 2007). Deste modo ela não é apenas uma mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre determinado assunto, mas sim, uma forma de exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões diversificadas.

3.2 Instrumentos e Técnicas de Coletas de Dados

O levantamento de fontes bibliográficas para compor este trabalho se deu pelo levantamento documental de publicações de abordagem nacional e internacional quando específica, sobre o tema estudado nesta pesquisa. Buscou-se para este estudo, textos, publicações e trabalhos avaliados em meio acadêmico em período mais atual possível. Obteve-se como universo de estudo toda a literatura técnico-científico acadêmico relacionada a temática abordada, pesquisada e indexada nos bancos de dados ScienceDirect (operada pela editora anglo-holandesa Elsevier, lançado originalmente em março de 1997), Scielo (Scientific Eletronic Library OnLine), Google Acadêmico, Scopus, Web of Science, ResearchGate, Catálogo de teses e dissertações- CAPES. Além de teses e dissertações encontradas nos bancos de dados e site de programas de pós-graduação.

De posse dos documentos, foi realizada a análise dos textos, artigos e publicações com subsequente leitura de todo o material, tradução e fichamento dos documentos encontrados, ordenando-se as informações coletadas com ênfase ao tema desta pesquisa. Esta etapa foi crucial conformação dos resultados deste trabalho.

Feito a triagem e leitura de todo material, sendo as principais informações compiladas e transcritas em forma dissertativa ao longo do trabalho. Posteriormente foi realizada uma análise descritiva delas buscando estabelecer uma compreensão e ampliar o conhecimento sobre o tema pesquisado e elaborar a contextualização teórica. Para esta revisão foi realizada a análise de conteúdo sendo a mesma organizada em torno dos fundamentos teóricos sobre a temática a família e escola no processo de ensino e aprendizagem na educação inclusiva e o papel da escola, da família, do professor nesse processo

Em relação ao levantamento documental, Lakatos e Marconi (2007) colocam como pesquisa documental o levantamento de fontes primárias, separando-o do levantamento bibliográfico propriamente dito. Tais fontes documentais ou primárias seriam documentos oficiais, publicações parlamentares, documentos jurídicos, iconografia, correspondências, diários, ofícios, memoriais, atas, registros, estatística, entre outras que foram não publicadas. Já as fontes bibliográficas se constituiriam de imprensa escrita, meios audiovisuais, material cartográfico e publicações, tais como livros, teses, monografias e artigos.

É importante destacar que para facilitar as buscas nos documentos usou-se palavras-chaves tais como, relação família e escola, processo de ensino e

aprendizagem, educação inclusiva.

Assim, para Calado e Ferreira (2004) os espaços de pesquisa são orientados pela própria natureza do estudo, portanto a localização dos documentos pode ser muito diversificada. Essa distinção vai exigir que o pesquisador tenha conhecimento do tipo de registro e informações que abrigam as instituições visitadas e a seleção de fontes adequadas e ainda revisão narrativa dos dados.

4 DISCUSSÃO E RESULTADOS

O contexto da pesquisa apresentada, demonstra que a relação família-escola é fundamental para a desenvolvimento da identidade, autonomia e cidadania do aluno.

segundo Bourdieu (1998), os resultados escolares dos alunos estão condicionados à ligação entre a cultura familiar e a cultura escolar. O autor ressalta que a natureza e a intensidade dos esforços em prol da escolarização dos filhos em termos de dedicação, tempo e recursos financeiros, são equivalentes às chances objetivas de sucesso.

No entanto, nem sempre há essa participação direta, ainda há diversas barreiras que precisam ser evitadas para que de fato atinja objetivos significativos.

Rego (2003) afirma que, a escola constitui um espaço físico, psicológico, social e cultural que os indivíduos processam o seu desenvolvimento global, mediante das atividades programadas e realizadas em sala de aula e fora dela. Assim, a escola é fundamental para a evolução do indivíduo e da sociedade.

Contudo, a escola precisa usar todos os métodos possíveis para a aproximação direta com a família dos educandos, possibilitando assim compartilhar informações significativas em relação aos seus objetivos, sempre visando o pleno desenvolvimento do educando.

Por um lado, temos as famílias que não se sentem seguras e confiantes em deixar seus filhos nas escolas, por diversos motivos, entre eles: a estrutura arquitetônica das escolas, que nem sempre oferece o mínimo de segurança para que se possa receber os alunos das mais variadas necessidades, por outro lado, queixam do despreparado dos professores para receber esses alunos, que por sua vez tentam oferecer o máximo que conseguem diante de todas as barreiras políticas existentes.

Miller et al. (2022) define a educação inclusiva como um sistema educativo que garante que todos os alunos, independentemente das suas capacidades, cultura e nível econômico, tenham as mesmas oportunidades e opções para participar ativamente na atividade escolar, minimizando o risco de exclusão e cumprindo os objetivos educativos. A inclusão é um processo de atender às necessidades de todos os alunos, aumentando a participação na aprendizagem, proporcionando mudanças nas estratégias e nos conteúdos, tornando-os apropriados para os alunos (UNESCO, 2022).

No entanto, com o advento da educação inclusiva e de leis favoráveis à inclusão e nos últimos anos, com diagnósticos mais precisos acerca das necessidades especiais, bem como às diversas deficiências, as pessoas ganharam maior visibilidade e, conseqüentemente, estão em maior número nas escolas e na sociedade, necessitando da atenção e de ações específicas direcionadas para as necessidades específicas de cada grupo. Em relação à inclusão no ambiente escolar, mudanças têm sido necessárias nas escolas, principalmente quando se trata da permanência desses alunos em sala de aula.

Nessa perspectiva, Miller et al (2022), diz que, as salas de aula escolares são formadas por grupos heterogêneos com diferentes necessidades e alunos com diferentes habilidades, nas quais as instituições de ensino, e principalmente os professores, devem ter capacidade para atendê-los de forma satisfatória.

No entanto, apesar de termos leis favoráveis à inclusão, nota-se que ainda carece de estratégias políticas e pedagógicas, uma vez que a inclusão não é apenas a inserção em sala de aula, mas sim garantir que de fato haja o ensino e aprendizagem, que de fato esse aluno, juntamente com sua família se sinta acolhido.

Segundo Borges (2014), as escolas contemporâneas consideradas inclusivas valorizam todos os alunos igualmente, aumentam a sua participação ativa na sala de aula, construindo um ambiente em que ninguém é excluído considerando toda a bode todos os alunos, não apenas daqueles com necessidades especiais e reconhecendo que a inclusão na educação é um reflexo de uma sociedade equitativa.

Porém, na prática, no cotidiano nem sempre se aplica a inclusão, uma vez que se tem o despreparo por parte das escolas em receber esse alunado, em outros casos as famílias não se sentem seguras por deixar seus filhos nos ambientes escolares.

Ainda segundo o autor, nas escolas e institutos reside a responsabilidade de mudar tanto o paradigma como as políticas por vezes exclusivas, criando espaços seguros onde se desenvolva uma cultura onde todos se respeitam.

Do ponto de vista teórico das escolas, a abertura à comunidade não é algo trivial ou que exige um esforço extra, mas constitui uma parte fundamental do mecanismo da escola. A escola, além de sua infraestrutura e arquitetura, é o encontro educativo entre educadores e educandos, sendo educadores entendidos em sentido amplo e não como sinônimo de professores. É, portanto, incompreensível fechar as portas da escola às famílias ou à sociedade.

Desse modo, a colaboração com as famílias é, portanto, entendida como um importante pilar pedagógico para as escolas, que devem ser capazes de ir além do conhecimento puramente cognitivo e abrir-se à experiência colaborativa como um quadro essencial para uma aprendizagem comunitária que beneficie a todos.

Segundo Navarro Saldaña et al. (2001), a participação das famílias na escola é entendida como um dever, conferindo-lhe um caráter obrigatório, bem como um compromisso, uma vez que a ação é realizada por motivação própria. Dever e compromisso são expressões relacionadas à abordagem ética da participação familiar, que impede os pais de olharem para o outro lado e negarem sua parcela de responsabilidade na relação família-escola.

Contudo, implica também um ato volitivo em que a liberdade é um pré-requisito inquestionável. Os valores não são impostos, são mostrados, portanto, é a própria pessoa ou, neste caso, a família quem decide livremente se participa ou não. Para escolas inteligentes, onde a abertura e o acolhimento são fundamentais para o bom funcionamento da convivência e da humanização.

Muitas vezes ouvimos que o nível de participação familiar na escola é baixo, pelo menos é assim que os professores o percebem. Além disso, esta falta de participação familiar é agravada à medida que as crianças transitam pelo sistema escolar, bem como em contextos vulneráveis caracterizados pela pobreza e pela imigração (GÁLVEZ, 2020).

Apesar disso, a boa relação entre família e escola busca fortalecer e desenvolver o processo de aprendizagem do aluno, ou seja, é importante sempre estabelecer uma comunicação aberta e efetiva, entre as partes, compartilhando informações sobre o desempenho e progresso dos alunos, identificando possíveis

desafios e possibilidades e sempre trabalhando em conjunto, sempre buscando superar os possíveis desafios.

Diz-se de participação como um construto, tendo consciência da sua complexidade, associada, por um lado, à multiplicidade de variáveis escolares (série, tipo de escola, localização, anos de experiência docente, desempenho acadêmico, etc.) e familiares (tipo de família, nível de estudos dos pais, situação econômica, etc) que nela impactam. Muitos deles foram delineados por Jafarov (2015), após uma árdua revisão da literatura que permitiu reconhecer até 22 fatores diferentes.

Na perspectiva das escolas, a relação colaborativa com as famílias que humaniza os processos educativos em contexto escolar deve ser sempre mantida, independentemente do gênero, pondo fim à suposta feminização dos cuidados familiares (MACHANCOSSES, 2021); o nível de escolaridade dos pais em favor daqueles com ensino superior; ou condições contextuais desfavorecidas, que, além da pobreza, da desagregação familiar, da falta de capacitação e da situação de trabalho familiar, incluem a atitude dos professores para citar algumas variáveis a título de exemplo (VEGA BUENAÑO et al. 2021).

Seguindo esse pressuposto, nota-se que, a relação família e escola se torna ainda mais crítica quando analisamos o grau de instrução, quando leva em consideração o poder aquisitivo das famílias, uma vez que, segundo a pesquisa realizada, muitos pais se quer matriculam seus filhos, outros por sua vez não tem o menor interesse ou mesmo se esforçam para acompanhar o desenvolvimento escolar dos seus filhos.

Contudo, a diversidade de formas de participação familiar não deve levar à dispersão, nem à oferta limitada de algumas delas pela escola. Pelo contrário, é necessária uma visão integrada e complementar dos diferentes meios de participação. Assim, “Para garantir o sucesso do modelo de ensino/aprendizagem desejado, as escolas inteligentes requerem uma gestão eficaz e eficiente de recursos e processos de apoio adequados” (MANGIONE; CANNELLA, 2021)

No entanto, percebe-se o quanto é importante a parceria escola e família para o pleno desenvolvimento do educando, bem como a importância de um sistema educacional cada vez mais inclusivos, onde possa garantir o processo de aprendizagem e a permanência desses alunos nas escolas. No entanto, a falta desses itens citados acima acarreta em um prejuízo enorme na vida do educando, em específico os que possuem necessidades educacionais especiais

Os diferentes tipos de participação parental nas escolas são consequência da priorização de necessidades que acompanha qualquer tomada de decisão responsável sobre como investir o nosso tempo. A este respeito, os professores devem ter em mente que vir à escola para se informar ou passar a tarde inteira a supervisionar os trabalhos de casa não é uma tarefa altamente desejável. Existem muitos obstáculos que dificultam a participação das famílias, como não se sentirem acolhidas ou convidadas pela escola (CEBALLOS; SAIZ, 2019)

O ritmo de vida excessivamente acelerado que a sociedade impôs mergulha o cidadão de hoje numa espiral de obrigações e responsabilidades. Este efeito transfere-se exponencialmente para as famílias enquanto espaço de convívio onde convergem diferentes gerações e ficou claramente evidenciado durante o confinamento pandêmico. Assim, “o encerramento inesperado da escola, o teletrabalho e uma conciliação imposta resultaram na sobressaturação dos contextos familiares, acompanhados de episódios de instabilidade emocional” (ÁLVAREZ-MUÑOZ, 2021).

Neste período, as famílias tornaram-se mais vulneráveis e instáveis, exigindo

urgentemente um acompanhamento educativo corresponsável entre ambas as instituições. Finalmente, com base no exposto, o esforço feito pelas famílias para frequentar e participar nas escolas nunca deve ser subestimado. Da mesma forma, por uma questão de honestidade educativa, as escolas devem realizar um exercício de autocritica das experiências de encontro que promovem e do interesse que despertam nas famílias.

Os professores queixam-se frequentemente do baixo envolvimento familiar nas escolas. Esta é a realidade descrita anteriormente. Agora, até que ponto os professores estão dispostos a abrir as portas da escola às famílias para que elas realmente se sintam convidadas? Em contra partida, reconhecer o papel do professor como facilitador da participação familiar é um ponto de partida inquestionável que não precisa ser justificado. A educação de uma criança não começa na escola, mas na família como primeiro contexto de referência. Assim, a escola funciona como um complemento ao trabalho iniciado pela família, e não como um substituto dele. A corresponsabilidade educativa tem sido reivindicada por uma infinidade de estudos, na medida em que o funcionamento e os resultados escolares são limitados sem a colaboração das famílias (JIMÉNEZ SÁNCHEZ, 2020)

Esta situação indesejável, que é prejudicial ao desenvolvimento das crianças, pois as priva dos múltiplos benefícios associados à corresponsabilidade educativa entre famílias e professores, deve ser revertida. Isto implica promover uma mudança não só quantitativamente, com maior presença das famílias na escola, mas também qualitativamente, situando a relação entre estes agentes com base no associacionismo. É necessário que os professores promovam boas práticas de participação familiar para além de ações pontuais e incorporem os pais como figuras ativas nos processos de ensino-aprendizagem (CEBALLOS;SAIZ 2019).

Em qualquer caso, as próprias equipes de gestão da escola e as associações de pais veem esta instituição como uma excelente oportunidade para gerar um ambiente de cumplicidade (BERNAD; LLEVOT, 2016). Para tal, os professores devem deixar de ver as famílias como intrusas e acolhê-las como parceiras.

Nessa perspectiva vale ressaltar a importância de atividades que ajudem na participação da família junto à escola dentre elas: eventos para as famílias, eventos pontuais, gincanas, palestras, debates. Ao participar deste processo, os pais, podem passar para os professores como são seus filhos, suas limitações e capacidades, onde esses eventos podem fazer com que o docente use métodos que sejam apropriados às necessidades. Por outro lado, a escola consegue observar a relacionamento da família, consequentemente ajudando a estabelecer vínculos entre os familiares.

No entanto, o estudo de Macià Bordalba (2019) declara a persistência de uma atividade docente em que circulares e reuniões continuam a ser mais importantes que a tecnologia. Existem duas formas de atuação, em que o inovador contrasta com o tradicional e em que perfilam professores com maior ou menor grau de comunicação com as famílias, condicionados por fatores como a presença de contextos de vulnerabilidade em que não têm acesso a meios tecnológicos.

Contudo, no que diz respeito a relação família no processo de aprendizagem da educação inclusiva, já houveram grandes avanços, mas ainda existem lacunas que devem e precisam ser preenchidas que carecem ser mudada, pois todos têm direito a educação como prescreve a lei, educação essa que deve ser de qualidade.

Nesse viés, cabe as escolas implantarem ações que proporcionem o estreitamento dessa relação e que esteja sempre atualizando para se que consiga atender corretamente necessidades dos alunos e em especial os que demandam de um atendimento educacional especial, principalmente nesse momento que o cenário

tem mudado e que a demanda tem crescido. Por outro lado, as famílias estarem mais presentes, sempre alinhando às demandas escolares.

Portanto, quando se tem pais participativos, professores preparados para receber os mais diversos alunos, escolas inclusivas o processo de aprendizagem se torna mais simplificado, as chances de aprendizado desse aluno consequentemente tendem a melhorar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa contribui para a importância de se construir uma relação sólida entre escola e família, com planejamento e colaboração de todos, estabelecendo objetivos para que o educando tenha uma educação com qualidade tanto em casa quanto no âmbito escolar.

Nesse seguimento, o desenvolvimento dos indivíduos necessita cada vez mais da qualidade e da igualdade de oportunidades educativas, ou seja, requer escolas cada vez mais inclusivas e de oportunidades igualitárias para todos que a frequentam, visando assim promover o processo de ensino e aprendizagem com êxito.

As famílias desempenham um papel essencial na educação das crianças, ela é a primeira escola. A família e a escola são dois mundos que precisam trabalhar juntos para alcançar o pleno desenvolvimento da criança. A educação inclusiva oferece esperança às famílias que procuram respostas e assistência relativamente ao futuro educativo dos seus filhos com deficiência, mas a falta de clareza sobre o que a educação inclusiva implica significa que os pais também têm preocupações que precisam de ser abordadas.

A escola tem o seu papel de responsabilidade no processo de inclusão. Cabe à escola começar esse movimento de aproximação e parceria, atraindo os pais para a escola com o intuito de romper os muros simbólicos de preconceito, constrangimento, timidez e medo, que se erguem entre a escola e família.

Portanto, em se tratando de inclusão, é um processo de luta mundial contínua, ainda em processo de expansão. Escola e família juntas podem desenvolver muitas ações para melhorar essa condição ao fortalecerem os vínculos dessa relação. Neste sentido, as parcerias construídas entre toda comunidade escolar, família e sociedade podem contribuir para serem desenvolvidas ações inclusivas para todos que da escola fazem parte, sendo o aluno ator central do processo de ensino e aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BERNAD, O.; NURIA, L. 2016. El papel de las AMPA en los centros escolares: Actuaciones y retos. **Revista de Sociología de la Educación**, v.9, p.359–71, 2016.

BORGES, Maria Célia. **Formação de professores: desafios históricos, políticos e práticos**. Pia Sociedade de São Paulo-Editora Paulus, 2014.

BOURDIEU, P. **A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura**. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Orgs.). *Escritos de educação*. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 39-64.

BRYAN, J. E.; HENRY, L. Um modelo para construir parcerias escola-família-

comunidade: princípios e processo. J. **Aconselhamento Dev.** v.90, p.408–420, 2012.

BRUSCHINI, Cristina. Teoria crítica da família. In: AZEVEDO, Maria A.; GUERRA, Viviane N.de A. (orgs.). **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. – 3. ed. – SãoPaulo: Cortez, 2000.

CALADO, S. S; Ferreira, S.C. R. **Análise de documentos:** método de recolha e análise de dados. 2004, p. 306.

CAMBIL, M.E.E.; ROMERO, G. “**Os ambientes de referência sociocultural na educação infantil: família e escola**”, in Entorno, sociedad y cultura en Educación Infantil. Fundamentos, propostas e aplicações. Edição: A. Bonilla e YY Guasch, p.117–134, 2018.

CAMARA, Luciana Borella. **A educação na Constituição Federal de 1988 como um direito social**. *Revista Direito em Debate* 22.40 (2013): 4-26.

CANDAU, Vera Maria et al. **Educação em Direitos Humanos e formação de professores (as)**. Cortez editora, 2016.

CEBALLOS, N.; ÁNGELA S. Tutorial de ação como cenário de colaboração família-escola. **Revista Espanhola de Orientação e Psicopedagogia**, v.30, p.28–45, 2019.

DE ALVARENGA, Rúbia Zanotelli. **Trabalho decente: direito humano e fundamental**. Editora Dialética, 2020.

DELORS, Jacques et al. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. **Educação um tesouro a descobrir**, v. 6, 1996.

DESSEN, Maria Auxiliadora and Polonia, Ana da Costa. **A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano**. Paidéia (Ribeirão Preto), Abr 2007, v.17, no.36, p.21-32.

EPSTEIN, J. L. **Parcerias Escola, Família e Comunidade: Preparando Educadores e Melhorando as Escolas**. Boulder, Colorado, Estados Unidos: Westview Press, 2011.

ESCRIBANO, A.; MARTÍNEZ, A. **Inclusão educativa e professor inclusivo. Aprender juntos para aprender a viver juntos**. Narceia, v.1, n.2, p.26-37, 2016.

FALSARELLA, Ana Maria. **Formação continuada e prática de sala de aula: os efeitos da formação continuada na atuação do professor**. Autores Associados, 2021.

GÁLVEZ, I. La colaboración familia-escuela: Revisión de una década de literatura empírica en España (2010–2019). **Revista de pedagogia**, v.72, p.65–84, 2020.

GARCIA, L.B. et al. **Reflexões sobre o processo de inclusão escolar na perspectiva da família**. Temas sobre Desenvolvimento, v.15, n.87-88, p.21-5, 2006.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HERNÁNDEZ-PRADOS, M. A.; ÁLVAREZ-MUÑOZ, J. S. **Familia-escuela-COVID19: Una triada emergente**. In La Nueva Normalidad Educativa, Educando en Tiempos de Pandemia. Edited by María Ángeles Hernández-Prados and María Luisa Belmonte. Madrid: Dykinson, v.3, p. 26–38, 2021.

JAFAROV, J. Factors affecting parental involvement in education: The analysis of literature. **Khazar Journal of Humanities and Social Sciences**, v.18, p.35–44, 2015.

JIMÉNEZ SÁNCHEZ, J. Innovar desde la escuela rural. **Participación Educativa**, v.7, p.33–45, 2020.

MACIÀ BORDALBA, M. Principales canales para la comunicación familia-escuela: Análisis de necesidades y propuestas de mejora. **Revista Complutense de Educación**, v.30, p.147–65, 2019.

MACHANCOSSES, M. El impacto de la aproximación fondos de conocimiento desde la visión de las docentes y las familias. Un estudio cualitativo. **Revista Internacional de Educación para la Justicia Social**, v.10, p.55–68, 2021.

MANGIONE, G. R. J.; CANNELLA, G. Small school, smart schools: Distance education in remoteness conditions. **Technology, Knowledge and Learning**, v.26, p.845–65, 2021.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico** procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 226 p.

MILLER A.L.; WILT C.L.; ALLCOCK H.C.; KURTH J.A.; MORNINGSTAR M.E.; RUPPAR A.L. Teacher agency for inclusive education: An international scoping review. **Int. J. Incl. Educ.** v.26, p.1159–1177, 2022.

MORENO, D.; ESTÉVEZ, E.; MURGUI, S. E.; MUSITU, G. Relação entre o clima familiar e o clima escolar: o papel da empatia, a atitude para com a autoridade e a conduta violenta na adolescência. **Internacional J. Psicol. Psicol. Lá.** v.9, p.123–136, 2009.

NAKAYAMA, Antonia Maria (2007). **Educação inclusiva: princípios e representação** (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).

NAVARRO SALDAÑA, G.; JIMÉNEZ, P. V.; OPAZO, T. C. El concepto de participación de los padres en el proceso de enseñanza aprendizaje: La perspectiva de agentes comprometidos. **Revista de Psicología**, v. 10, p.35–49, 2001.

NETO, Arlindo. **Pedagogia social**. Clube de Autores, 2017.

NÉRICI, Imídeo G. **Lar, escola e educação**. São Paulo: Atlas, 1972.

PIAGET, Jean. **Para onde vai à educação?** Rio de Janeiro: José Olímpio, 2007.

REGO, T. C. **Memórias de escola: Cultura escolar e constituição de singularidades**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

ROGALSKI, Solange Menin. **Histórico do surgimento da educação especial**. Revista de Educação do IDEAU, v. 5, n. 12, p. 1-13, 2010.

RASBASH, J.; LECKIE, G.; PILLINGER, R. Progresso educacional das crianças: repartição dos efeitos da família, da escola e da área. Estado JR. **Soc. A. Estatística. Soc.** v. 173, p. 657-682, 2010.

SILVA, Ana Cléa Candido da et al. **Deficiência física e contexto familiar: bem-estar, propósito de vida e experiência emocional, para além do déficit**. 2022.

SILVA, Naiane Cristina; CARVALHO, Beatriz Girão Enes. **Compreendendo o processo de inclusão escolar no Brasil na perspectiva dos professores: uma revisão integrativa**. Revista brasileira de educação especial, v. 23, p. 293-308, 2017.

SIMÓN, C.; BARRIOS, A. As famílias no centro da educação inclusiva. **Aula aberta**, v.48, p.51–58, 2019.

TRENTINI, M., PAIM, L. **Pesquisa convergente assistencial**. Florianópolis: Insular; 2004.

UNESCO. **Declaración de Salamanca. Marco de Acción para las Necesidades Educativas Especiales**. UNESCO: Salamanca, Spain: 2022.

VALDÉS, A.A. E.; SÁNCHEZ, P.A. Crenças dos professores sobre o envolvimento da família na educação. **Revista Eletrônica de Investigação Educativa**, v.18, p.105–115, 2016.

VEGA BUENAÑO, et al. Relación de la comunicación familia-escuela en el contexto educativo ecuatoriano. **Revista Publicando**, v.8, p.33–50, 2021.

VIEIRA, Jessica Fernanda Esteves et al. Inclusão social: **uma reflexão crítica das políticas públicas direcionadas à pessoa com deficiência**. 2021.

VIGO, B.; SORIANO, J. **Envolvimento da família em práticas de ensino criativas para todos em pequenas escolas rurais**. **Etnógrafo**. Educ. v.10, p.325–339, 2015.

ZANOTTA, Amarali Moreira Luz; FREITAS, Liliana da Silva Moura; NETO, Pedro Rodrigues. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A INCLUSÃO ESCOLAR. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n. 8, p. 1238-1249, 2022.

